



PRESSÃO SINDICAL FORÇA COMPROMISSO DO GOVERNO PARA CORREÇÕES FINANCEIRAS

O Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ) tem mantido uma intensa e regular agenda de contactos com o Governo, os Grupos Parlamentares, a Assembleia da República e as diversas entidades do setor da Justiça, tendo como foco inadiável a revisão do Estatuto Profissional e a reposição da dignidade da carreira.

O SFJ tem reiterado, de forma clara e veemente, que a correção das gritantes injustiças criadas pelo Decreto-Lei n.º 27/2025, nomeadamente no que respeita às reposições remuneratórias, constitui a condição de partida para qualquer avanço.

Não será possível prosseguir negociações de fundo sobre o Estatuto sem que o Governo demonstre, de forma inequívoca, disponibilidade e compromisso para resolver estas situações financeiras.

Na sequência da firmeza demonstrada pelo SFJ nas várias ações realizadas nas últimas semanas, o Governo, na pessoa da Senhora Secretária de Estado da Administração Pública, manifestou na reunião técnica de trabalho de hoje abertura para que seja encontrada e apresentada uma solução concreta até ao final deste ano.

Esta reunião, à semelhança da realizada no passado dia 30 de outubro, consistiu num modelo de debate técnico, onde se aprofundaram aspetos estruturantes da revisão (ingressos, promoções e avaliação), mas não detinha, em si, peso negocial.

É neste contexto de responsabilidade institucional, mas sem abdicar de nenhuma das exigências apresentadas, que o SFJ participa nos trabalhos técnicos. A nossa presença é tática e vigilante, visando garantir que nenhuma solução venha a comprometer direitos adquiridos ou a desvirtuar os compromissos que, ao longo dos últimos anos, foram assumidos perante os trabalhadores da Justiça.

A realização das correções financeiras exigidas permanece o nosso farol.

Acórdão do Tribunal Constitucional (DL 65/2019)

O SFJ questionou ainda diretamente o Senhor Secretário de Estado Adjunto da Justiça sobre o estado da execução do acórdão do Tribunal Constitucional relativamente ao DL 65/2019, tendo este referido que tal matéria se encontrava a ser concertada entre o Ministério da Justiça e o Ministério das Finanças.

O Secretariado Nacional do SFJ reitera o seu compromisso de manter todos os associados informados sobre qualquer matéria oficial e relevante para a carreira, garantindo total transparência no processo.

O Secretariado Nacional do SFJ